



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:  
Em atendimento às obrigações legais estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração

## BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)	Nota	31/12/2015	31/12/2014
<b>ATIVO</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa		44.844	24.518
Consumidores e concessionárias	3	196.631	316.410
Impostos e contribuições sociais	4	33.479	21.300
Outros créditos	5	491	217
<b>Total do Ativo Circulante</b>		<b>275.445</b>	<b>362.445</b>
<b>Não circulante</b>			
Consumidores e concessionárias	4	221.618	221.618
Tributos diferidos	6	287	338
Cauções e depósitos vinculados	8	7.149	7.081
		<b>229.054</b>	<b>229.037</b>
Investimentos	9	400	400
Imobilizado	10	341	439
Intangível	11	2.449	1.487
		<b>3.190</b>	<b>2.326</b>
<b>Total do Ativo Não circulante</b>		<b>232.244</b>	<b>231.363</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>507.689</b>	<b>593.808</b>

(Em milhares de reais)	Nota	31/12/2015	31/12/2014
<b>PASSIVO</b>			
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	12	168.936	278.659
Impostos e contribuições sociais	5	7.207	11.381
Dividendos	13	87.434	82.719
Empréstimos e financiamentos	14		56.323
Outras contas a pagar		1.969	2.716
<b>Total do Passivo Circulante</b>		<b>265.546</b>	<b>431.798</b>
<b>Não circulante</b>			
Empréstimos e financiamentos	14	137.463	73.003
Outras contas a pagar		1.136	107
<b>Total do Passivo Não circulante</b>		<b>138.599</b>	<b>73.110</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Capital social	16.1	26.217	26.217
Reservas de lucros	16.3	77.327	62.683
<b>Total do Patrimônio líquido</b>		<b>103.544</b>	<b>88.900</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>507.689</b>	<b>593.808</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)	Nota	2015	2014
<b>Receitas</b>			
<b>Custo do serviço de energia elétrica</b>	<b>17</b>	<b>2.062.117</b>	<b>2.862.162</b>
Custo com energia elétrica	18	(2.002.682)	(2.747.273)
Custo de operação		(8.586)	(10.371)
Custo do serviço prestado a terceiros		(109)	(280)
		<b>(2.011.377)</b>	<b>(2.757.924)</b>
<b>Lucro bruto</b>		<b>50.740</b>	<b>104.238</b>
<b>Despesas e Receitas operacionais</b>			
Despesas com vendas	18	138	1.583
Despesas gerais e administrativas		(8.163)	(8.223)
Depreciações e amortizações		(347)	(471)
Outras despesas e receitas operacionais			32
		<b>(8.372)</b>	<b>(7.079)</b>
<b>Resultado antes do resultado financeiro e tributos</b>		<b>42.368</b>	<b>97.159</b>
<b>Resultado financeiro</b>			
Receitas financeiras	19	5.288	2.302
Despesas financeiras		(19.608)	(10.773)
		<b>(14.320)</b>	<b>(8.471)</b>
<b>Resultado antes dos tributos sobre o lucro</b>		<b>28.048</b>	<b>88.688</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes		(7.807)	(29.223)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(51)	(538)
	20	<b>(7.858)</b>	<b>(29.761)</b>
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>20.190</b>	<b>58.927</b>

A Empresa não divulgou a demonstração de resultados abrangentes, uma vez que não existem efeitos referentes a essa demonstração registrados nas demonstrações financeiras para os exercícios de 2015 e 2014.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	2015	2014
<b>Geração do valor adicionado</b>		
Receita operacional	2.336.800	3.238.448
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas	2.336.662	3.236.828
Outras receitas	138	1.583
<b>(-) Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>(2.210.424)</b>	<b>(3.031.687)</b>
Custos da energia comprada	(2.190.313)	(3.009.514)
Encargos de uso da rede elétrica	(14.149)	(14.486)
Materiais	(62)	(89)
Serviços de terceiros	(3.945)	(5.361)
Outros custos operacionais	(1.956)	(2.237)
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>126.376</b>	<b>206.761</b>
<b>Retenções</b>		
Depreciações e amortizações	(347)	(520)
<b>Valor adicionado líquido produzido</b>	<b>126.029</b>	<b>206.241</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>		
Receitas financeiras	5.442	2.302
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>131.471</b>	<b>208.543</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		
Pessoal		
Remuneração direta	7.666	8.592
Benefícios	1.173	798
FGTS	294	290
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	8.846	36.987
Estaduais	72.949	91.464
Municipais	57	169
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	19.608	10.773
Aluguéis	688	543
Remuneração de capital próprio		
Juros sobre capital próprio	5.546	1.875
	<b>116.827</b>	<b>151.491</b>
Lucros retidos	14.644	57.052
	<b>131.471</b>	<b>208.543</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

<b>1 Contexto operacional</b> EDP - Comercialização e Serviços de Energia Ltda. (Empresa ou EDP Comercializadora), Sociedade Empresária Limitada, controlada integral da EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil ou Controladora), com sede no município de São Paulo, Estado de São Paulo, foi constituída em 1º de novembro de 2000 e tem como objeto social a comercialização de energia elétrica, compreendendo a compra, a importação, a exportação e a venda de energia elétrica a outros comercializadores, a consumidores que tenham livre opção de escolha do fornecedor e a outros agentes permitidos pela legislação, prestar serviços de consultoria e assessoria em gestão empresarial, técnica e comercial incluindo a gestão de empreendimentos relacionados a energia elétrica, no Brasil e/ou exterior, bem como participar em outras sociedades como sócia.																																																																																																																																																																																																																																																																																																																				
<b>2 Base de preparação</b> <b>2.1 Declaração de conformidade</b> As demonstrações financeiras da Empresa estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que contemplam os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as <i>International Financial Reporting Standards - IFRS</i> , emitidas pelo <i>International Accounting Standards Board - IASB</i> . A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVÁ é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil apresentadas como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. A Administração da Empresa afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. A Diretoria da Empresa autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 02 de fevereiro de 2016. <b>2.2 Práticas contábeis</b> As práticas contábeis relevantes da Empresa estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem. <b>2.3 Base de mensuração</b> As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo. <b>2.3.1 Mensuração dos contratos de comercialização de energia</b> Os contratos celebrados pela Empresa visam a comercialização de energia elétrica de acordo com os requisitos das Regras de Comercialização, regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, aplicáveis a todos os agentes registrados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. Essas transações são mantidas para recebimento ou entrega até a data de liquidação da operação prevista no contrato, de acordo com os requisitos contratuais de compra e venda. <b>2.4 Uso de estimativa e julgamento</b> Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Empresa se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Empresa revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto a redução do valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 2.6. As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes às demonstrações financeiras, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Transações realizadas no âmbito da CCEE (Nota 4); e Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas (Nota 15.1). <b>2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação</b> A moeda funcional da Empresa é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. <b>2.6 Redução ao valor recuperável</b> <b>Ativo financeiro</b> São avaliados quando há evidências de perdas não recuperáveis e ao final de cada exercício, exceto para Consumidores e Concessionárias que são avaliados mensalmente (Nota 4). São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento. <b>Ativo não financeiro</b> Se a Administração da Empresa identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável, a Empresa procede o teste de recuperabilidade dos ativos. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável é constituída provisão ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. <b>2.7 Adoção das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) novas e revisadas</b> <b>2.7.1 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo IASB e ainda não adotadas pela Empresa</b> <b>IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2018)</b> A IFRS 9 foi emitida em novembro de 2009. Em outubro de 2010 foi revisada para incluir requerimentos de classificação e mensuração de passivos financeiros e para desreconhecimento. Outra revisão da IFRS 9 emitida em julho de 2014 incluiu principalmente: (i) requerimentos de <i>impairment</i> para ativos financeiros passando para o modelo de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; (ii) novos critérios de classificação de ativos financeiros; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de <i>hedge</i> . A Administração está avaliando o impacto total de sua adoção. <b>IFRS 15 - Receitas de Contratos com clientes (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2018)</b> Em maio de 2014 foi emitida a IFRS 15 que introduziu um modelo simplificado para o reconhecimento de receitas provenientes dos contratos com clientes. A norma enfatiza o reconhecimento da receita como transferência ou promessa de bens ou serviços a clientes que reflete sua consideração de qual montante espera ser capaz de trocar por aqueles bens ou serviços e quando ela deve ser reconhecida. A IFRS 15 substituirá o CPC 30 (R1) - "Receitas (IAS18)", o CPC 17 (R1) - "Contrato (IAS 11)" e as interpretações relacionadas. A Administração está avaliando o impacto total de sua adoção. A Administração da Empresa acredita que as IFRS 9 e 15 possam gerar efeitos nos montantes reportados nas demonstrações financeiras, no entanto, não é possível fornecer estimativa razoável desse efeito até que a Empresa efetue uma revisão detalhada desses impactos. <b>2.7.2 Normas e interpretações revisadas, já emitidas pelo CPC, adotadas pela Empresa a partir de 1º de janeiro de 2015</b> A Empresa, a partir de 1º de janeiro de 2015, passou a adotar novas normas e interpretações conforme Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 06/2014, emitidos pelo CPC. As seguintes normas revisadas não refletiram impactos nas demonstrações financeiras: (i) CPC 04 (R1) - Ativo Intangível (IAS 38); (ii) CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas (IAS 24); (iii) CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações (IFRS 2); (iv) CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios (IFRS 3); (v) CPC 22 - Informações por Segmento (IFRS 8); (vi) CPC 25 - Provisões, Passivos e Ativos Contingentes (IAS 37); (vii) CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis (IAS 1); (viii) CPC 27 - Ativo Imobilizado (IAS 16); (ix) CPC 28 - Propriedade para Investimento (IAS 40); (x) CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados (IAS 19); (xi) CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (IAS 39); e (xii) CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação (IAS 32). <b>2.8 Reapresentação dos exercícios anteriores</b> O Balanço Patrimonial e a Demonstração do Fluxo de Caixa, relativos a 31 de dezembro de 2014, estão sendo reapresentados para melhor apresentação dos saldos. A partir de 1º de janeiro de 2015, passou a vigorar o novo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, estabelecido por meio da Resolução Normativa ANEEL nº 605/14. Algumas alterações foram introduzidas neste novo manual, dentre elas, a rubrica de Partes relacionadas foi extinta sendo seus valores reclassificados. <b>2.8.1 Balanço Patrimonial</b> (i) Passivo circulante: R\$56.323 reclassificados da rubrica Partes relacionadas para a rubrica Empréstimos e financiamentos; e (ii) Passivo não circulante: R\$73.110 reclassificados da rubrica Partes relacionadas, sendo R\$73.003 para a rubrica Empréstimos e financiamentos e R\$107 para a rubrica Outras contas a pagar. No Balanço Patrimonial, pelo fato das reclassificações não acarretarem mudança no Ativo ou Passivo (Circulante e Não circulante) e, portanto, por não ter alteração na posição patrimonial e financeira da Empresa, não está sendo apresentada a terceira coluna. <b>2.8.2 Demonstração do Fluxo de Caixa</b> (i) Fluxo de caixa das atividades de financiamento: R\$74.683 reclassificados da rubrica Partes relacionadas para a rubrica Captação de empréstimos, financiamentos.																																																																																																																																																																																																																																																																																																																				
<b>3 Caixa e equivalentes de caixa</b> Bancos conta movimento Aplicações financeiras - renda fixa <b>Total</b> Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade. Essas aplicações financeiras referem-se a operações compromissadas lastreadas em Debêntures remuneradas a taxas que variam de 99,80% a 100,50% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares. Conforme políticas da Administração, as aplicações são consolidadas por contraparte e por <i>rating</i> de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da Instituição Financeira. A exposição da Empresa a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 21.																																																																																																																																																																																																																																																																																																																				
<b>4 Consumidores e Concessionárias</b> <b>Valores correntes</b> <table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2">Nota</th> <th colspan="2">Corrente a vencer</th> <th rowspan="2">PCLD</th> <th rowspan="2">Saldo líquido em 31/12/2015</th> <th rowspan="2">Saldo líquido em 31/12/2014</th> </tr> <tr> <th>Até 60 dias</th> <th>Corrente vencida De 91 a 180 dias</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td><b>Circulante</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Consumidores</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Clientes livres</td> <td></td> <td>81.040</td> <td>-</td> <td>81.040</td> <td>120.608</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td><b>81.040</b></td> <td>-</td> <td><b>81.040</b></td> <td><b>120.608</b></td> </tr> <tr> <td>Concessionárias</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Suprimento de energia elétrica</td> <td>4.1</td> <td>80.586</td> <td>3.878 (605)</td> <td>83.859</td> <td>157.881</td> </tr> <tr> <td>Energia de curto prazo</td> <td>4.2</td> <td>31.732</td> <td></td> <td>31.732</td> <td>37.921</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td><b>112.318</b></td> <td><b>3.878 (605)</b></td> <td><b>115.591</b></td> <td><b>195.802</b></td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td><b>193.358</b></td> <td><b>3.878 (605)</b></td> <td><b>196.631</b></td> <td><b>316.410</b></td> </tr> <tr> <td><b>Total Circulante</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td><b>Saldo líquido em 31/12/2015</b></td> <td><b>Saldo líquido em 31/12/2014</b></td> </tr> <tr> <td><b>Não circulante</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Concessionárias</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Suprimento de energia elétrica</td> <td>4.1</td> <td></td> <td></td> <td>221.618</td> <td>221.618</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td><b>221.618</b></td> <td><b>221.618</b></td> </tr> <tr> <td><b>Total Não circulante</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td><b>4.1 Suprimento de energia elétrica</b> Do saldo circulante e não circulante em 31 de dezembro de 2015 de R\$305.477 (R\$379.499 em 31 de dezembro de 2014), R\$221.618 (R\$243.058 em 31 de dezembro de 2014) referem-se ao suprimento de energia elétrica para a Porto do Pecém Geração de Energia S.A. (Nota 7). <b>4.2 Energia de curto prazo</b> Refere-se às transações de venda de energia realizadas no âmbito da CCEE.</td> </tr> <tr> <td><b>5 Impostos e contribuições sociais</b> <table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2">Valor líquido em 31/12/2014</th> <th rowspan="2">Adição</th> <th rowspan="2">Baixas</th> <th colspan="2">Atualização</th> <th rowspan="2">Compensação de tributos</th> <th rowspan="2">Reclassificação</th> <th rowspan="2">Transfêrência</th> <th rowspan="2">Valor líquido em 31/12/2015</th> </tr> <tr> <th>monetária</th> <th>Pagamentos</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td><b>Ativo - Compensáveis</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Imposto de renda e contribuição social</td> <td>627</td> <td>79</td> <td></td> <td>15.198</td> <td>(633)</td> <td>1.425</td> <td>(7.807)</td> <td>8.894</td> </tr> <tr> <td>ICMS</td> <td>103</td> <td>56 (103)</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>56</td> </tr> <tr> <td>PIS e COFINS</td> <td>10.608</td> <td>201.900</td> <td></td> <td>2</td> <td>(41)</td> <td>(197.298)</td> <td></td> <td>15.171</td> </tr> <tr> <td>IRRF sobre aplicações financeiras</td> <td>145</td> <td>767</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>912</td> </tr> <tr> <td>Outros</td> <td>9.817</td> <td>54</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>(1.425)</td> <td></td> <td>8.446</td> </tr> <tr> <td><b>Total do Circulante</b></td> <td><b>21.300</b></td> <td><b>202.856 (103)</b></td> <td><b>7</b></td> <td><b>15.198</b></td> <td><b>(674)</b></td> <td><b>- (205.105)</b></td> <td></td> <td><b>33.479</b></td> </tr> <tr> <td><b>Passivo - a recolher</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Imposto de renda e contribuição social</td> <td>565</td> <td>7.807</td> <td></td> <td>(565)</td> <td></td> <td>(7.807)</td> <td></td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>ICMS</td> <td>8.791</td> <td>72.609</td> <td></td> <td>(76.314)</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>5.086</td> </tr> <tr> <td>PIS e COFINS</td> <td>1.563</td> <td>202.033</td> <td></td> <td>(5.495)</td> <td>(674)</td> <td>(197.298)</td> <td></td> <td>129</td> </tr> <tr> <td>Tributos sobre serviços prestados por terceiros</td> <td>19</td> <td>1.097</td> <td></td> <td>(259)</td> <td></td> <td>2</td> <td></td> <td>859</td> </tr> <tr> <td>IRRF sobre juros s/ capital próprio</td> <td>281</td> <td>831</td> <td></td> <td>(280)</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>831</td> </tr> <tr> <td>Encargos com pessoal</td> <td>160</td> <td>1.782</td> <td></td> <td>(1.941)</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>1</td> </tr> <tr> <td>Outros</td> <td>2</td> <td>18.119</td> <td></td> <td>(17.819)</td> <td></td> <td>(2)</td> <td></td> <td>300</td> </tr> <tr> <td><b>Total do Circulante</b></td> <td><b>11.381</b></td> <td><b>304.278</b></td> <td><b>-</b></td> <td><b>(102.673)</b></td> <td><b>(674)</b></td> <td><b>- (205.105)</b></td> <td></td> <td><b>7.207</b></td> </tr> <tr> <td>Os impostos e contribuições sociais correntes que serão liquidados em um único pagamento, são apresentados pelo seu montante líquido compensável, conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro.</td> </tr> <tr> <td><b>6 Tributos diferidos</b> O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos foram registrados sobre diferenças temporárias considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições do CPC 32, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são apresentados pela sua natureza, e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32. <b>6.1 Composição e base de cálculo</b> <table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2">Natureza dos créditos</th> <th colspan="2">Ativo Não circulante</th> <th colspan="2">Resultado</th> </tr> <tr> <th>31/12/2015</th> <th>31/12/2014</th> <th>2015</th> <th>2014</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td><b>Diferenças Temporárias</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Provisão para créditos de liquidação duvidosa</td> <td>287</td> <td>338</td> <td>(51)</td> <td>(538)</td> </tr> <tr> <td><b>Total</b></td> <td><b>287</b></td> <td><b>338</b></td> <td><b>(51)</b></td> <td><b>(538)</b></td> </tr> <tr> <td><b>6.2 Resultados tributáveis futuros</b> A Administração da Empresa elaborou, em 31 de dezembro de 2015, a projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários, a qual foi aprovada pela Resolução de Quotistas. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, a Empresa estima recuperar o crédito tributário no exercício de 2016.</td> </tr> </tbody> </table></td> </tr> </tbody> </table> </td></tr></tbody></table>	Nota	Corrente a vencer		PCLD	Saldo líquido em 31/12/2015	Saldo líquido em 31/12/2014	Até 60 dias	Corrente vencida De 91 a 180 dias							<b>Circulante</b>						Consumidores						Clientes livres		81.040	-	81.040	120.608			<b>81.040</b>	-	<b>81.040</b>	<b>120.608</b>	Concessionárias						Suprimento de energia elétrica	4.1	80.586	3.878 (605)	83.859	157.881	Energia de curto prazo	4.2	31.732		31.732	37.921			<b>112.318</b>	<b>3.878 (605)</b>	<b>115.591</b>	<b>195.802</b>			<b>193.358</b>	<b>3.878 (605)</b>	<b>196.631</b>	<b>316.410</b>	<b>Total Circulante</b>										<b>Saldo líquido em 31/12/2015</b>	<b>Saldo líquido em 31/12/2014</b>	<b>Não circulante</b>						Concessionárias						Suprimento de energia elétrica	4.1			221.618	221.618					<b>221.618</b>	<b>221.618</b>	<b>Total Não circulante</b>						<b>4.1 Suprimento de energia elétrica</b> Do saldo circulante e não circulante em 31 de dezembro de 2015 de R\$305.477 (R\$379.499 em 31 de dezembro de 2014), R\$221.618 (R\$243.058 em 31 de dezembro de 2014) referem-se ao suprimento de energia elétrica para a Porto do Pecém Geração de Energia S.A. (Nota 7). <b>4.2 Energia de curto prazo</b> Refere-se às transações de venda de energia realizadas no âmbito da CCEE.	<b>5 Impostos e contribuições sociais</b> <table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2">Valor líquido em 31/12/2014</th> <th rowspan="2">Adição</th> <th rowspan="2">Baixas</th> <th colspan="2">Atualização</th> <th rowspan="2">Compensação de tributos</th> <th rowspan="2">Reclassificação</th> <th rowspan="2">Transfêrência</th> <th rowspan="2">Valor líquido em 31/12/2015</th> </tr> <tr> <th>monetária</th> <th>Pagamentos</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td><b>Ativo - Compensáveis</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Imposto de renda e contribuição social</td> <td>627</td> <td>79</td> <td></td> <td>15.198</td> <td>(633)</td> <td>1.425</td> <td>(7.807)</td> <td>8.894</td> </tr> <tr> <td>ICMS</td> <td>103</td> <td>56 (103)</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>56</td> </tr> <tr> <td>PIS e COFINS</td> <td>10.608</td> <td>201.900</td> <td></td> <td>2</td> <td>(41)</td> <td>(197.298)</td> <td></td> <td>15.171</td> </tr> <tr> <td>IRRF sobre aplicações financeiras</td> <td>145</td> <td>767</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>912</td> </tr> <tr> <td>Outros</td> <td>9.817</td> <td>54</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>(1.425)</td> <td></td> <td>8.446</td> </tr> <tr> <td><b>Total do Circulante</b></td> <td><b>21.300</b></td> <td><b>202.856 (103)</b></td> <td><b>7</b></td> <td><b>15.198</b></td> <td><b>(674)</b></td> <td><b>- (205.105)</b></td> <td></td> <td><b>33.479</b></td> </tr> <tr> <td><b>Passivo - a recolher</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Imposto de renda e contribuição social</td> <td>565</td> <td>7.807</td> <td></td> <td>(565)</td> <td></td> <td>(7.807)</td> <td></td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>ICMS</td> <td>8.791</td> <td>72.609</td> <td></td> <td>(76.314)</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>5.086</td> </tr> <tr> <td>PIS e COFINS</td> <td>1.563</td> <td>202.033</td> <td></td> <td>(5.495)</td> <td>(674)</td> <td>(197.298)</td> <td></td> <td>129</td> </tr> <tr> <td>Tributos sobre serviços prestados por terceiros</td> <td>19</td> <td>1.097</td> <td></td> <td>(259)</td> <td></td> <td>2</td> <td></td> <td>859</td> </tr> <tr> <td>IRRF sobre juros s/ capital próprio</td> <td>281</td> <td>831</td> <td></td> <td>(280)</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>831</td> </tr> <tr> <td>Encargos com pessoal</td> <td>160</td> <td>1.782</td> <td></td> <td>(1.941)</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>1</td> </tr> <tr> <td>Outros</td> <td>2</td> <td>18.119</td> <td></td> <td>(17.819)</td> <td></td> <td>(2)</td> <td></td> <td>300</td> </tr> <tr> <td><b>Total do Circulante</b></td> <td><b>11.381</b></td> <td><b>304.278</b></td> <td><b>-</b></td> <td><b>(102.673)</b></td> <td><b>(674)</b></td> <td><b>- (205.105)</b></td> <td></td> <td><b>7.207</b></td> </tr> <tr> <td>Os impostos e contribuições sociais correntes que serão liquidados em um único pagamento, são apresentados pelo seu montante líquido compensável, conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro.</td> </tr> <tr> <td><b>6 Tributos diferidos</b> O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos foram registrados sobre diferenças temporárias considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições do CPC 32, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são apresentados pela sua natureza, e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32. <b>6.1 Composição e base de cálculo</b> <table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2">Natureza dos créditos</th> <th colspan="2">Ativo Não circulante</th> <th colspan="2">Resultado</th> </tr> <tr> <th>31/12/2015</th> <th>31/12/2014</th> <th>2015</th> <th>2014</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td><b>Diferenças Temporárias</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Provisão para créditos de liquidação duvidosa</td> <td>287</td> <td>338</td> <td>(51)</td> <td>(538)</td> </tr> <tr> <td><b>Total</b></td> <td><b>287</b></td> <td><b>338</b></td> <td><b>(51)</b></td> <td><b>(538)</b></td> </tr> <tr> <td><b>6.2 Resultados tributáveis futuros</b> A Administração da Empresa elaborou, em 31 de dezembro de 2015, a projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários, a qual foi aprovada pela Resolução de Quotistas. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, a Empresa estima recuperar o crédito tributário no exercício de 2016.</td> </tr> </tbody> </table></td> </tr> </tbody> </table>	Valor líquido em 31/12/2014	Adição	Baixas	Atualização		Compensação de tributos	Reclassificação	Transfêrência	Valor líquido em 31/12/2015	monetária	Pagamentos										<b>Ativo - Compensáveis</b>									Imposto de renda e contribuição social	627	79		15.198	(633)	1.425	(7.807)	8.894	ICMS	103	56 (103)						56	PIS e COFINS	10.608	201.900		2	(41)	(197.298)		15.171	IRRF sobre aplicações financeiras	145	767						912	Outros	9.817	54				(1.425)		8.446	<b>Total do Circulante</b>	<b>21.300</b>	<b>202.856 (103)</b>	<b>7</b>	<b>15.198</b>	<b>(674)</b>	<b>- (205.105)</b>		<b>33.479</b>	<b>Passivo - a recolher</b>									Imposto de renda e contribuição social	565	7.807		(565)		(7.807)		-	ICMS	8.791	72.609		(76.314)				5.086	PIS e COFINS	1.563	202.033		(5.495)	(674)	(197.298)		129	Tributos sobre serviços prestados por terceiros	19	1.097		(259)		2		859	IRRF sobre juros s/ capital próprio	281	831		(280)				831	Encargos com pessoal	160	1.782		(1.941)				1	Outros	2	18.119		(17.819)		(2)		300	<b>Total do Circulante</b>	<b>11.381</b>	<b>304.278</b>	<b>-</b>	<b>(102.673)</b>	<b>(674)</b>	<b>- (205.105)</b>		<b>7.207</b>	Os impostos e contribuições sociais correntes que serão liquidados em um único pagamento, são apresentados pelo seu montante líquido compensável, conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro.	<b>6 Tributos diferidos</b> O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos foram registrados sobre diferenças temporárias considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições do CPC 32, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são apresentados pela sua natureza, e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32. <b>6.1 Composição e base de cálculo</b> <table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2">Natureza dos créditos</th> <th colspan="2">Ativo Não circulante</th> <th colspan="2">Resultado</th> </tr> <tr> <th>31/12/2015</th> <th>31/12/2014</th> <th>2015</th> <th>2014</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td><b>Diferenças Temporárias</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Provisão para créditos de liquidação duvidosa</td> <td>287</td> <td>338</td> <td>(51)</td> <td>(538)</td> </tr> <tr> <td><b>Total</b></td> <td><b>287</b></td> <td><b>338</b></td> <td><b>(51)</b></td> <td><b>(538)</b></td> </tr> <tr> <td><b>6.2 Resultados tributáveis futuros</b> A Administração da Empresa elaborou, em 31 de dezembro de 2015, a projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários, a qual foi aprovada pela Resolução de Quotistas. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, a Empresa estima recuperar o crédito tributário no exercício de 2016.</td> </tr> </tbody> </table>	Natureza dos créditos	Ativo Não circulante		Resultado		31/12/2015	31/12/2014	2015	2014						<b>Diferenças Temporárias</b>					Provisão para créditos de liquidação duvidosa	287	338	(51)	(538)	<b>Total</b>	<b>287</b>	<b>338</b>	<b>(51)</b>	<b>(538)</b>	<b>6.2 Resultados tributáveis futuros</b> A Administração da Empresa elaborou, em 31 de dezembro de 2015, a projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários, a qual foi aprovada pela Resolução de Quotistas. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, a Empresa estima recuperar o crédito tributário no exercício de 2016.
Nota		Corrente a vencer					PCLD	Saldo líquido em 31/12/2015	Saldo líquido em 31/12/2014																																																																																																																																																																																																																																																																																																											
	Até 60 dias	Corrente vencida De 91 a 180 dias																																																																																																																																																																																																																																																																																																																		
<b>Circulante</b>																																																																																																																																																																																																																																																																																																																				
Consumidores																																																																																																																																																																																																																																																																																																																				
Clientes livres		81.040	-	81.040	120.608																																																																																																																																																																																																																																																																																																															
		<b>81.040</b>	-	<b>81.040</b>	<b>120.608</b>																																																																																																																																																																																																																																																																																																															
Concessionárias																																																																																																																																																																																																																																																																																																																				
Suprimento de energia elétrica	4.1	80.586	3.878 (605)	83.859	157.881																																																																																																																																																																																																																																																																																																															
Energia de curto prazo	4.2	31.732		31.732	37.921																																																																																																																																																																																																																																																																																																															
		<b>112.318</b>	<b>3.878 (605)</b>	<b>115.591</b>	<b>195.802</b>																																																																																																																																																																																																																																																																																																															
		<b>193.358</b>	<b>3.878 (605)</b>	<b>196.631</b>	<b>316.410</b>																																																																																																																																																																																																																																																																																																															
<b>Total Circulante</b>																																																																																																																																																																																																																																																																																																																				
				<b>Saldo líquido em 31/12/2015</b>	<b>Saldo líquido em 31/12/2014</b>																																																																																																																																																																																																																																																																																																															
<b>Não circulante</b>																																																																																																																																																																																																																																																																																																																				
Concessionárias																																																																																																																																																																																																																																																																																																																				
Suprimento de energia elétrica	4.1			221.618	221.618																																																																																																																																																																																																																																																																																																															
				<b>221.618</b>	<b>221.618</b>																																																																																																																																																																																																																																																																																																															
<b>Total Não circulante</b>																																																																																																																																																																																																																																																																																																																				
<b>4.1 Suprimento de energia elétrica</b> Do saldo circulante e não circulante em 31 de dezembro de 2015 de R\$305.477 (R\$379.499 em 31 de dezembro de 2014), R\$221.618 (R\$243.058 em 31 de dezembro de 2014) referem-se ao suprimento de energia elétrica para a Porto do Pecém Geração de Energia S.A. (Nota 7). <b>4.2 Energia de curto prazo</b> Refere-se às transações de venda de energia realizadas no âmbito da CCEE.																																																																																																																																																																																																																																																																																																																				
<b>5 Impostos e contribuições sociais</b> <table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2">Valor líquido em 31/12/2014</th> <th rowspan="2">Adição</th> <th rowspan="2">Baixas</th> <th colspan="2">Atualização</th> <th rowspan="2">Compensação de tributos</th> <th rowspan="2">Reclassificação</th> <th rowspan="2">Transfêrência</th> <th rowspan="2">Valor líquido em 31/12/2015</th> </tr> <tr> <th>monetária</th> <th>Pagamentos</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td><b>Ativo - Compensáveis</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Imposto de renda e contribuição social</td> <td>627</td> <td>79</td> <td></td> <td>15.198</td> <td>(633)</td> <td>1.425</td> <td>(7.807)</td> <td>8.894</td> </tr> <tr> <td>ICMS</td> <td>103</td> <td>56 (103)</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>56</td> </tr> <tr> <td>PIS e COFINS</td> <td>10.608</td> <td>201.900</td> <td></td> <td>2</td> <td>(41)</td> <td>(197.298)</td> <td></td> <td>15.171</td> </tr> <tr> <td>IRRF sobre aplicações financeiras</td> <td>145</td> <td>767</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>912</td> </tr> <tr> <td>Outros</td> <td>9.817</td> <td>54</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>(1.425)</td> <td></td> <td>8.446</td> </tr> <tr> <td><b>Total do Circulante</b></td> <td><b>21.300</b></td> <td><b>202.856 (103)</b></td> <td><b>7</b></td> <td><b>15.198</b></td> <td><b>(674)</b></td> <td><b>- (205.105)</b></td> <td></td> <td><b>33.479</b></td> </tr> <tr> <td><b>Passivo - a recolher</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Imposto de renda e contribuição social</td> <td>565</td> <td>7.807</td> <td></td> <td>(565)</td> <td></td> <td>(7.807)</td> <td></td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>ICMS</td> <td>8.791</td> <td>72.609</td> <td></td> <td>(76.314)</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>5.086</td> </tr> <tr> <td>PIS e COFINS</td> <td>1.563</td> <td>202.033</td> <td></td> <td>(5.495)</td> <td>(674)</td> <td>(197.298)</td> <td></td> <td>129</td> </tr> <tr> <td>Tributos sobre serviços prestados por terceiros</td> <td>19</td> <td>1.097</td> <td></td> <td>(259)</td> <td></td> <td>2</td> <td></td> <td>859</td> </tr> <tr> <td>IRRF sobre juros s/ capital próprio</td> <td>281</td> <td>831</td> <td></td> <td>(280)</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>831</td> </tr> <tr> <td>Encargos com pessoal</td> <td>160</td> <td>1.782</td> <td></td> <td>(1.941)</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>1</td> </tr> <tr> <td>Outros</td> <td>2</td> <td>18.119</td> <td></td> <td>(17.819)</td> <td></td> <td>(2)</td> <td></td> <td>300</td> </tr> <tr> <td><b>Total do Circulante</b></td> <td><b>11.381</b></td> <td><b>304.278</b></td> <td><b>-</b></td> <td><b>(102.673)</b></td> <td><b>(674)</b></td> <td><b>- (205.105)</b></td> <td></td> <td><b>7.207</b></td> </tr> <tr> <td>Os impostos e contribuições sociais correntes que serão liquidados em um único pagamento, são apresentados pelo seu montante líquido compensável, conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro.</td> </tr> <tr> <td><b>6 Tributos diferidos</b> O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos foram registrados sobre diferenças temporárias considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições do CPC 32, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são apresentados pela sua natureza, e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32. <b>6.1 Composição e base de cálculo</b> <table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2">Natureza dos créditos</th> <th colspan="2">Ativo Não circulante</th> <th colspan="2">Resultado</th> </tr> <tr> <th>31/12/2015</th> <th>31/12/2014</th> <th>2015</th> <th>2014</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td><b>Diferenças Temporárias</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Provisão para créditos de liquidação duvidosa</td> <td>287</td> <td>338</td> <td>(51)</td> <td>(538)</td> </tr> <tr> <td><b>Total</b></td> <td><b>287</b></td> <td><b>338</b></td> <td><b>(51)</b></td> <td><b>(538)</b></td> </tr> <tr> <td><b>6.2 Resultados tributáveis futuros</b> A Administração da Empresa elaborou, em 31 de dezembro de 2015, a projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários, a qual foi aprovada pela Resolução de Quotistas. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, a Empresa estima recuperar o crédito tributário no exercício de 2016.</td> </tr> </tbody> </table></td> </tr> </tbody> </table>	Valor líquido em 31/12/2014	Adição	Baixas	Atualização		Compensação de tributos	Reclassificação	Transfêrência	Valor líquido em 31/12/2015	monetária	Pagamentos										<b>Ativo - Compensáveis</b>									Imposto de renda e contribuição social	627	79		15.198	(633)	1.425	(7.807)	8.894	ICMS	103	56 (103)						56	PIS e COFINS	10.608	201.900		2	(41)	(197.298)		15.171	IRRF sobre aplicações financeiras	145	767						912	Outros	9.817	54				(1.425)		8.446	<b>Total do Circulante</b>	<b>21.300</b>	<b>202.856 (103)</b>	<b>7</b>	<b>15.198</b>	<b>(674)</b>	<b>- (205.105)</b>		<b>33.479</b>	<b>Passivo - a recolher</b>									Imposto de renda e contribuição social	565	7.807		(565)		(7.807)		-	ICMS	8.791	72.609		(76.314)				5.086	PIS e COFINS	1.563	202.033		(5.495)	(674)	(197.298)		129	Tributos sobre serviços prestados por terceiros	19	1.097		(259)		2		859	IRRF sobre juros s/ capital próprio	281	831		(280)				831	Encargos com pessoal	160	1.782		(1.941)				1	Outros	2	18.119		(17.819)		(2)		300	<b>Total do Circulante</b>	<b>11.381</b>	<b>304.278</b>	<b>-</b>	<b>(102.673)</b>	<b>(674)</b>	<b>- (205.105)</b>		<b>7.207</b>	Os impostos e contribuições sociais correntes que serão liquidados em um único pagamento, são apresentados pelo seu montante líquido compensável, conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro.	<b>6 Tributos diferidos</b> O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos foram registrados sobre diferenças temporárias considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições do CPC 32, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são apresentados pela sua natureza, e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32. <b>6.1 Composição e base de cálculo</b> <table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2">Natureza dos créditos</th> <th colspan="2">Ativo Não circulante</th> <th colspan="2">Resultado</th> </tr> <tr> <th>31/12/2015</th> <th>31/12/2014</th> <th>2015</th> <th>2014</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td><b>Diferenças Temporárias</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Provisão para créditos de liquidação duvidosa</td> <td>287</td> <td>338</td> <td>(51)</td> <td>(538)</td> </tr> <tr> <td><b>Total</b></td> <td><b>287</b></td> <td><b>338</b></td> <td><b>(51)</b></td> <td><b>(538)</b></td> </tr> <tr> <td><b>6.2 Resultados tributáveis futuros</b> A Administração da Empresa elaborou, em 31 de dezembro de 2015, a projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários, a qual foi aprovada pela Resolução de Quotistas. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, a Empresa estima recuperar o crédito tributário no exercício de 2016.</td> </tr> </tbody> </table>	Natureza dos créditos	Ativo Não circulante		Resultado		31/12/2015	31/12/2014	2015	2014						<b>Diferenças Temporárias</b>					Provisão para créditos de liquidação duvidosa	287	338	(51)	(538)	<b>Total</b>	<b>287</b>	<b>338</b>	<b>(51)</b>	<b>(538)</b>	<b>6.2 Resultados tributáveis futuros</b> A Administração da Empresa elaborou, em 31 de dezembro de 2015, a projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários, a qual foi aprovada pela Resolução de Quotistas. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, a Empresa estima recuperar o crédito tributário no exercício de 2016.																																																																																																																
Valor líquido em 31/12/2014				Adição	Baixas					Atualização		Compensação de tributos	Reclassificação	Transfêrência	Valor líquido em 31/12/2015																																																																																																																																																																																																																																																																																																					
	monetária	Pagamentos																																																																																																																																																																																																																																																																																																																		
<b>Ativo - Compensáveis</b>																																																																																																																																																																																																																																																																																																																				
Imposto de renda e contribuição social	627	79		15.198	(633)	1.425	(7.807)	8.894																																																																																																																																																																																																																																																																																																												
ICMS	103	56 (103)						56																																																																																																																																																																																																																																																																																																												
PIS e COFINS	10.608	201.900		2	(41)	(197.298)		15.171																																																																																																																																																																																																																																																																																																												
IRRF sobre aplicações financeiras	145	767						912																																																																																																																																																																																																																																																																																																												
Outros	9.817	54				(1.425)		8.446																																																																																																																																																																																																																																																																																																												
<b>Total do Circulante</b>	<b>21.300</b>	<b>202.856 (103)</b>	<b>7</b>	<b>15.198</b>	<b>(674)</b>	<b>- (205.105)</b>		<b>33.479</b>																																																																																																																																																																																																																																																																																																												
<b>Passivo - a recolher</b>																																																																																																																																																																																																																																																																																																																				
Imposto de renda e contribuição social	565	7.807		(565)		(7.807)		-																																																																																																																																																																																																																																																																																																												
ICMS	8.791	72.609		(76.314)				5.086																																																																																																																																																																																																																																																																																																												
PIS e COFINS	1.563	202.033		(5.495)	(674)	(197.298)		129																																																																																																																																																																																																																																																																																																												
Tributos sobre serviços prestados por terceiros	19	1.097		(259)		2		859																																																																																																																																																																																																																																																																																																												
IRRF sobre juros s/ capital próprio	281	831		(280)				831																																																																																																																																																																																																																																																																																																												
Encargos com pessoal	160	1.782		(1.941)				1																																																																																																																																																																																																																																																																																																												
Outros	2	18.119		(17.819)		(2)		300																																																																																																																																																																																																																																																																																																												
<b>Total do Circulante</b>	<b>11.381</b>	<b>304.278</b>	<b>-</b>	<b>(102.673)</b>	<b>(674)</b>	<b>- (205.105)</b>		<b>7.207</b>																																																																																																																																																																																																																																																																																																												
Os impostos e contribuições sociais correntes que serão liquidados em um único pagamento, são apresentados pelo seu montante líquido compensável, conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro.																																																																																																																																																																																																																																																																																																																				
<b>6 Tributos diferidos</b> O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos foram registrados sobre diferenças temporárias considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições do CPC 32, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são apresentados pela sua natureza, e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32. <b>6.1 Composição e base de cálculo</b> <table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2">Natureza dos créditos</th> <th colspan="2">Ativo Não circulante</th> <th colspan="2">Resultado</th> </tr> <tr> <th>31/12/2015</th> <th>31/12/2014</th> <th>2015</th> <th>2014</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td><b>Diferenças Temporárias</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Provisão para créditos de liquidação duvidosa</td> <td>287</td> <td>338</td> <td>(51)</td> <td>(538)</td> </tr> <tr> <td><b>Total</b></td> <td><b>287</b></td> <td><b>338</b></td> <td><b>(51)</b></td> <td><b>(538)</b></td> </tr> <tr> <td><b>6.2 Resultados tributáveis futuros</b> A Administração da Empresa elaborou, em 31 de dezembro de 2015, a projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários, a qual foi aprovada pela Resolução de Quotistas. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, a Empresa estima recuperar o crédito tributário no exercício de 2016.</td> </tr> </tbody> </table>	Natureza dos créditos	Ativo Não circulante		Resultado		31/12/2015	31/12/2014	2015	2014						<b>Diferenças Temporárias</b>					Provisão para créditos de liquidação duvidosa	287	338	(51)	(538)	<b>Total</b>	<b>287</b>	<b>338</b>	<b>(51)</b>	<b>(538)</b>	<b>6.2 Resultados tributáveis futuros</b> A Administração da Empresa elaborou, em 31 de dezembro de 2015, a projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários, a qual foi aprovada pela Resolução de Quotistas. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, a Empresa estima recuperar o crédito tributário no exercício de 2016.																																																																																																																																																																																																																																																																																						
Natureza dos créditos		Ativo Não circulante		Resultado																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
	31/12/2015	31/12/2014	2015	2014																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
<b>Diferenças Temporárias</b>																																																																																																																																																																																																																																																																																																																				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	287	338	(51)	(538)																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
<b>Total</b>	<b>287</b>	<b>338</b>	<b>(51)</b>	<b>(538)</b>																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
<b>6.2 Resultados tributáveis futuros</b> A Administração da Empresa elaborou, em 31 de dezembro de 2015, a projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários, a qual foi aprovada pela Resolução de Quotistas. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, a Empresa estima recuperar o crédito tributário no exercício de 2016.																																																																																																																																																																																																																																																																																																																				

**NOTAS EXPLICATIVAS  
EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**7 Partes relacionadas**

Além dos valores de dividendos a pagar para sua Controladora (Nota 13), os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Empresa com sua Controladora, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, são apresentados como segue:

	Relacionamento	Duração	Ativo				Passivo				Receitas (Despesas)					
			Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante		Operacionais		Financeiras			
			31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	2015	2014	2015	2014		
<b>Consumidores e Concessionárias</b>																
<b>Venda de energia elétrica</b>																
Enerpeixe	Controle comum	01/01/2012 a 31/12/2015	3.288	10.484							44.999	83.070				
Lajeado	Controle comum	01/12/2012 a 31/12/2014		14.728								153.573				
Lajeado	Controle comum	01/12/2012 a 31/12/2014		281								2.296				
Lajeado	Controle comum	01/12/2012 a 31/12/2014										2.150				
Lajeado	Controle comum	01/01/2015 a 31/12/2015	2.864								47.871					
Porto do Pecém	Controle comum	01/12/2013 a 31/12/2015		21.440	221.618	221.618						233.392				
Santa Fé	Controle comum	01/01/2013 a 31/12/2015	51	760							878	6.060				
Pantanal	Controle comum	01/01/2014 a 31/12/2014		1.879								12.813				
Pantanal	Controle comum	01/01/2015 a 31/12/2015	177								1.892					
Energest	Controle comum	01/01/2014 a 31/12/2014		5.343								43.010				
Energest	Controle comum	01/01/2015 a 31/12/2015										7.191				
Energest	Controle comum	01/01/2015 a 31/12/2015		673								11.484				
Energest	Controle comum	01/01/2015 a 31/12/2015		1.182								16.806				
EDP Escelsa	Controle comum	01/01/2014 a 31/12/2014											3.031			
EDP Escelsa	Controle comum	01/05/2014 a 31/12/2019	32	32								336	278			
EDP Escelsa	Controle comum	01/05/2015 a 30/06/2015										2.612				
EDP Bandeirante	Controle comum	01/01/2014 a 31/12/2015		22									266			
EDP Bandeirante	Controle comum	01/01/2014 a 31/12/2015		2									19			
EDP Bandeirante	Controle comum	01/01/2015 a 30/06/2015										24				
			10.611	55.246	221.618	221.618						140.861	549.958			
<b>Outras contas a pagar</b>																
<b>Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos</b>																
EDP - Energias do Brasil	Controladora	01/07/2012 até emissão de nova Resolução da ANEEL									56	51	(402)	(942)		
<b>Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura</b>																
EDP - Energias do Brasil	Controladora	01/01/2015 a 31/12/2018									688	56	(687)	(601)		
											744	107	(1.089)	(1.543)		
<b>Empréstimos a pagar</b>																
<b>Contratos de mútuo - 100% a 100,3% do CDI</b>																
EDP - Energias do Brasil	Controladora	09/09/2010 a indeterminado										72.667	73.003		(9.664)	
Lajeado	Controle comum	08/04/2013 a 07/01/2017									56.323	64.796		(7.568)	(3.537)	
											56.323	137.463	73.003		(17.232)	
<b>Fornecedores</b>																
<b>Suprimento de energia elétrica</b>																
Energest	Controle comum	01/12/2010 a 31/12/2022						59	56				(627)	(604)		
Energest	Controle comum	01/12/2007 a 31/12/2014							470					(5.020)		
Energest	Controle comum	01/01/2012 a 31/12/2014							2.851					(31.084)		
Energest	Controle comum	01/01/2013 a 31/12/2022						6.057	5.959				(71.909)	(63.667)		
Energest	Controle comum	01/01/2013 a 31/12/2017						1.753	1.937				(19.224)	(20.076)		
Energest	Controle comum	01/01/2013 a 31/12/2014							2.950					(22.743)		
Energest	Controle comum	01/01/2015 a 31/12/2015						1.622					(17.335)			
Costa Rica	Controle comum	01/01/2014 a 31/12/2015						1.855	1.758				(23.938)	(1.593)		
Lajeado	Controle comum	12/12/2001 a 31/12/2022						10.644	11.420				(148.193)	(130.551)		
Lajeado	Controle comum	12/12/2001 a 31/12/2014							1.206					(13.147)		
Lajeado	Controle comum	01/01/2015 a 31/08/2015														
Santa Fé	Controle comum	01/01/2012 a 31/12/2014												(13.349)		
ECE Participações	Controle comum	01/10/2014 a 31/10/2014													(447)	
ECE Participações	Controle comum	01/12/2014 a 31/12/2014							126					(37.012)		
ECE Participações	Controle comum	01/12/2015 a 31/12/2016						1.487	20.791				(15.890)	(18.868)		
Pantanal	Controle comum	01/01/2008 a 31/12/2023						2.559	2.468				(16.495)	(15.908)		
<b>Uso do sistema de transmissão</b>																
Lajeado	Controle comum	01/01/2003 a 16/12/2032						1.553	1.595				(14.149)	(14.486)		
			10.611	55.246	221.618	221.618		27.589	53.587				(341.109)	(375.206)		
								27.589	109.910				138.207	73.110		

Os contratos de compartilhamento entre as partes relacionadas são divididos em dois tipos: Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos e Contratos de Compartilhamento de Infraestrutura:

**a) Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos:** A partir de 1º de janeiro de 2011, a EDP - Energias do Brasil, controladora da Empresa, é responsável pela contratação dos Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos que contemplam as atividades das áreas corporativas.

A distribuição dos gastos de salários e encargos dos gestores corporativos e colaboradores da Holding, que formulam políticas e diretrizes a serem seguidas pelas empresas do grupo econômico, e sua apropriação são efetuadas em função das atividades realizadas para cada contraparte, por meio do controle de alocação de horas trabalhadas (*timesheet*).

Os Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos foram anuídos por meio do Despacho ANEEL nº 205, de 25 de janeiro de 2013. O tema Compartilhamento de Recursos Humanos já foi objeto de estudos na Audiência Pública nº 041/2012, na Consulta Pública nº 12/2013 e na Audiência Pública nº 072/2014, cujo período de contribuições encerrou-se em 23 de fevereiro de 2015. Quando da publicação do resultado, as empresas terão um prazo para submeterem novo pedido de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura associada à anuência prévia, ficando o contrato atual vigente prorrogado até a deliberação da ANEEL.

**b) Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura:** O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com a locação do imóvel, gastos condominiais e gastos de telecomunicações da sede da holding EDP - Energias do Brasil em São Paulo, onde a Empresa possui instalada sua sede.

O contrato tinha a vigência de 48 meses contados a partir de 1º de janeiro de 2011 e não necessitava ser submetido à anuência prévia da ANEEL, pois as partes não são delegatárias do serviço público de energia elétrica, conforme estabelecido na Resolução Normativa nº 338/2008, que regulamenta os atos e negócios jurídicos entre partes relacionadas. Estes contratos vigoraram de 1º de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2014.

Em janeiro de 2012, foi firmado o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato para revisão dos percentuais de rateio no conjunto de contratos da contratada. Com a mudança de endereço da sede social do Grupo EDP - Energias do Brasil em São Paulo, em junho de 2013, o custo global e o percentual de rateio foram revisados, com consequente celebração do segundo Termo Aditivo ao Contrato de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura.

Em 1º de agosto de 2015, após a anuência da ANEEL conforme Despacho nº 2.430/15, foi firmado o novo "Contrato de Cessão de Espaço e Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura" entre EDP - Energias do Brasil e a Empresa, estabelecendo novos percentuais de rateio na base São Paulo, envolvendo empresas delegatárias de serviço público. O referido Contrato possui cláusula específica permitindo o rateio desde 1º de janeiro de 2015, e está em conformidade com a Resolução Normativa nº 334/08, com o prazo de 48 meses.

As operações realizadas com as contrapartes informadas como compartilhamento de gastos e infraestrutura com partes relacionadas ocorreram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

As garantias concedidas e os avais recebidos do acionista estão descritos na nota de Garantias (Nota 23.2).

**7.1 Controladora direta e final**

A controladora direta da Empresa é a EDP - Energias do Brasil, sendo esta controlada pela EDP - Energias de Portugal S.A.

**7.2 Remuneração dos administradores**

**7.2.1 Remuneração anual total da Diretoria pagos pela Empresa nos exercícios findos em 31 de dezembro (em R\$)**

	2015		2014		
	Diretoria Estatutária	Proporção (%)	Diretoria Estatutária	Proporção (%)	
<b>Número de membros</b>	3 (*)		3 (*)		
<b>Remuneração Fixa (em R\$)</b>	2.145.983	74%	2.015.909		79%
Salário ou pró-labore	1.480.500		1.470.332		
Benefícios diretos e indiretos (i)	250.943		133.884		
Encargos sociais	414.540		411.693		
<b>Remuneração Variável (em R\$)</b>	767.089	26%	540.896		21%
Bônus	599.288		422.575		
Encargos sociais	167.801		118.321		
<b>Valor Total da Remuneração</b>	2.913.072	100%	2.556.805		100%

(\*) n/a = Não Aplicável

(\*) Das 4 posições da Diretoria Estatutária, 3 membros são remunerados.

(i) Foram considerados os benefícios de Seguro Saúde, Assistência Odontológica, Farmácia, Previdência Privada e Vale Refeição.

**7.2.2 Remuneração individual máxima, mínima e média da Diretoria Estatutária referente ao exercício findo em 31 de dezembro (em R\$)**

	2015		2014	
	Diretoria Estatutária	Proporção (%)	Diretoria Estatutária	Proporção (%)
Número de membros	3		3	
Valor da maior remuneração individual	1.186.357		1.013.760	
Valor da menor remuneração individual	848.098		437.760	
Valor médio da remuneração individual	971.024		852.268	

**8 Cauções e depósitos vinculados**

	Nota	Não circulante	
		31/12/2015	31/12/2014
Depósitos judiciais	15.1.2.1 e 15.1.2.2	7.149	7.081
<b>Total</b>		7.149	7.081

**9 Investimentos**

O saldo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 refere-se a dois lotes de mil ações, no valor de R\$400, do BBCE - Balcão Brasileiro de Comercialização de Energia, que atua nos processos de comercialização e *back office* dos agentes do Ambiente de Contratação Livre - ACL. O investimento está reconhecido ao custo de aquisição.

**10 Imobilizado**

Os ativos imobilizados são contabilizados pelo custo de aquisição acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessária para o funcionamento, deduzidos da depreciação acumulada.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo de aquisição, subtraídos do valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

**14 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas**

**14.1 Composição do saldo de empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas**

	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Utilização	Custo da dívida	Forma de pagamento	31/12/2015			31/12/2014			
								Encargos	Principal	Total	Encargos	Principal	Total	
								Não circulante	Não circulante		Não circulante	Não circulante		
<b>Moeda nacional</b>														
EDP - Energias do Brasil S.A.	76.000	09/09/2010	67.500	Indeterminado	Contratos de mútuo	100% do CDI	Principal e Juros em parcela única no final	15.167	57.500	72.667	5.503		67.500	73.003
Lajeado Energia S.A.	50.000	08/04/2013	50.000	07/01/2017	Contratos de mútuo	100,3% do CDI	Principal e Juros em parcela única no final	16.796	48.000	64.796	8.323		48.000	56.323
<b>Total</b>								31.963	105.500	137.463	8.323	5.503	48.000	67.500

Os empréstimos e financiamentos são mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

**14.2 Mutação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas no exercício**

	Valor líquido em 31/12/2014	Pagamentos	Juros provisionados	Transferências	Valor líquido em 31/12/2015
<b>Circulante</b>					
Principal	48.000	(10.000)		(38.000)	-
Juros	8.323			(8.323)	-
	56.323	(10.000)	-	(46.323)	-
<b>Não circulante</b>					
Principal	67.500			38.000	105.500
Juros	5.503		18.137	8.323	31.963
	73.003	-	18.137	46.323	137.463

**14.3 Vencimento das parcelas do Circulante e Não circulante (principal e encargos)**

	Vencimento	
	2017	Total
<b>Total</b>		

## NOTAS EXPLICATIVAS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

### 16.3.1 Lucros retidos a deliberar

Refere-se à parcela do lucro líquido do exercício a ser deliberada em Resolução de quotista. É constituída conforme ICPC 08 (R1) e poderá ser destinada para pagamento de dividendos, retenção de lucros ou para aumento de capital.

### 17 Receitas

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

- (i) A receita é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes são transferidos para o comprador e em função da sua competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização;
- (ii) Os faturamentos de venda de energia elétrica são efetuados mensalmente.

	2015	2014
Comercialização de energia elétrica	2.198.546	3.054.474
Outras receitas operacionais	138.116	182.354
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>2.336.662</b>	<b>3.236.828</b>
(-) Deduções à receita operacional		
Tributos sobre a receita		
ICMS	(72.609)	(91.415)
PIS/COFINS	(201.879)	(283.081)
ISS	(57)	(170)
	<b>(274.545)</b>	<b>(374.666)</b>
<b>Receitas</b>	<b>2.062.117</b>	<b>2.862.162</b>

### 18 Gastos operacionais

Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros. A Empresa apresenta os Gastos operacionais por função na Demonstração de resultados. É apresentado a seguir o detalhamento por natureza do gasto, conforme requerido pelo CPC 26.

	2015					2014	
	Custo do serviço			Despesas operacionais		Total	Total
	Com energia elétrica	De operação	Prestado a terceiros	Com vendas	Gerais e administrativas		
<b>Não gerenciáveis</b>							
Energia elétrica comprada para revenda	1.971.023					1.971.023	2.720.887
Encargos de uso da rede elétrica	12.840					12.840	13.146
Outras	18.819					18.819	13.240
	<b>2.002.682</b>	-	-	-	-	<b>2.002.682</b>	<b>2.747.273</b>
<b>Gerenciáveis</b>							
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada (i)		5.286			4.778	10.064	10.554
Material		39			23	62	89
Serviços de terceiros		1.352			2.484	3.945	5.361
Depreciação					98	98	112
Amortização					249	249	408
PCLD / perdas líquidas				(138)		(138)	(1.583)
Aluguéis e arrendamentos					575	688	542
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens							(32)
Outras		1.796			303	2.099	2.279
		<b>8.586</b>	<b>109</b>	<b>(138)</b>	<b>8.510</b>	<b>17.067</b>	<b>17.730</b>
<b>Total</b>	<b>2.002.682</b>	<b>8.586</b>	<b>109</b>	<b>(138)</b>	<b>8.510</b>	<b>2.019.749</b>	<b>2.765.003</b>

(i) Em atendimento às melhores práticas do mercado, conforme o Índice de Sustentabilidade Empresarial - ISE da BM&FBovespa, apresentamos o investimento em treinamento da Empresa que é dividido em: desenvolvimento de lideranças; desenvolvimento de projetos corporativos; treinamentos e seminários técnicos e comportamentais; bolsas de estudo; e desenvolvimento de idiomas. Do valor total de R\$10.064 da rubrica de Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada, R\$62 (R\$52 em 31 de dezembro de 2014) referem-se a treinamentos.

### 19 Resultado financeiro

	2015	2014
<b>Receitas financeiras</b>		
Renda de aplicações financeiras e cauções	3.755	25
Variação monetária e acréscimo moratório da energia vendida		1.388
Atualização monetária depósitos judiciais	68	51
Juros e multa sobre impostos	7	73
(-) PIS/COFINS sobre Receitas financeiras	(154)	
Outras receitas financeiras	1.612	765
	<b>5.288</b>	<b>2.302</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(910)	(1.075)
Juros sobre contratos de mútuo	(17.232)	(8.586)
Outras despesas financeiras	(1.466)	(1.112)
	<b>(19.608)</b>	<b>(10.773)</b>
<b>Total</b>	<b>(14.320)</b>	<b>(8.471)</b>

### 20 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente (15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais). A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) por meio da aplicação da alíquota de 9%.

As despesas com imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio líquido ou em Outros resultados abrangentes.

	2015	2014
Lucro antes do IRPJ e CSLL	28.048	88.688
Alíquota	34%	34%
<b>IRPJ e CSLL</b>	<b>(9.536)</b>	<b>(30.154)</b>
Ajustes para refletir a alíquota efetiva		
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes		
Doações	(34)	(219)
Perdas indedutíveis	(4)	
Juros sobre o capital próprio	1.886	638
Outras	(212)	(197)
Outros		
Ajustes na DIPJ referente exercício social anterior		100
Incentivos fiscais		
Outras	42	71
<b>Despesa de IRPJ e CSLL</b>	<b>(7.858)</b>	<b>(29.761)</b>
Alíquota Efetiva	28%	34%

### 21 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Empresa mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.

Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Empresa não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Empresa.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

#### 21.1 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento ou quando os títulos expirarem.

#### 21.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados conforme descrito abaixo:

##### • Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial, e se a Empresa gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Empresa. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

##### • Empréstimos e recebíveis

São designados para essa categoria somente os ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em um mercado ativo, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custo de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo método do custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

##### • Outros ao custo amortizado

São designados para essa categoria os ativos e passivos financeiros cujo o registro é o montante pelo qual os mesmos são mensurados em seu reconhecimento inicial, menos as amortizações de principal, mais os juros acumulados calculados com base no método da taxa de juros efetiva menos qualquer redução por ajuste ao valor recuperável ou impossibilidade de recebimento.

	Nota	Níveis	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
			Valor Justo		Valor Contábil	
<b>Ativos financeiros</b>						
<b>Valor justo por meio do resultado</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	3					
Aplicações financeiras		Nível 2	22.539		22.539	
<b>Empréstimos e recebíveis</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	3					
Bancos conta movimento			22.305	24.518	22.305	24.518
Consumidores e concessionárias	4		418.249	538.028	418.249	538.028
			<b>463.093</b>	<b>562.546</b>	<b>463.093</b>	<b>562.546</b>
<b>Passivos financeiros</b>						
<b>Outros ao custo amortizado</b>						
Fornecedores	12		168.936	278.659	168.936	278.659
Empréstimos e financiamentos	14					
Contratos de mútuo			137.463	129.326	137.463	129.326
Outras contas a pagar - Partes relacionadas			744	107	744	107
			<b>307.143</b>	<b>408.092</b>	<b>307.143</b>	<b>408.092</b>

## DIRETORIA

Carlos Emanuel Baptista Andrade Diretor-Presidente	José Roberto Pascon Diretor	João Carlos de Abreu Guimarães Diretor	Paulo Alexandre Pires de Campos Costa Diretor	Elisa Saeko Ishizaka Turci Gestora Executiva Consolidação e Contabilidade
				Renan Silva Sobral Contador - CRC 1SP271964/O-6

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

**EDP Comercialização e Serviços de Energia Ltda.**

Examinamos as demonstrações financeiras da EDP Comercialização e Serviços de Energia Ltda. (a "Empresa") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

#### Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

#### Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Empresa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Empresa. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

### 21.1.2 Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Algumas operações com instrumentos financeiros da Empresa apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo em função desses valores possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

#### 21.1.3 Mensuração a valor justo

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Empresa. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Empresa:

- (a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- (b) Nível 2 - diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente;

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Empresa classificados como valor justo por meio do resultado, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício.

#### 21.2 Gestão de risco

A política de gestão de riscos da EDP - Energias do Brasil abrange todas as suas unidades de negócios e está alinhada à estratégia do Grupo EDP em suas operações no mundo. Cabe ao Comitê de Risco, garantir a governança do processo e atuar como elo entre a alta direção e a operação rotineira. Sua função é gerenciar e supervisionar todos os fatores de risco que possam provocar impactos nas atividades e nos resultados da Empresa, além de propor metodologias e melhorias ao sistema de gestão.

##### 21.2.1 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros. Em 31 de dezembro de 2015 a Empresa possui risco de mercado associado ao CDI.

##### 21.2.1.1 Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Empresa. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Empresa em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Empresa, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Empresa, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Operação	Aging cenário provável		Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
	Risco	Até 1 ano					
	Provável	Aumento do risco em 25%					
Aplicação financeira - CDB	CDI	2.401	2.401	600	1.200	(600)	1.200
<b>Instrumentos financeiros ativos</b>	<b>CDI</b>	<b>2.401</b>	<b>2.401</b>	<b>600</b>	<b>1.200</b>	<b>(600)</b>	<b>1.200</b>
A curva futura do indicador financeiro CDI está em acordo com o projetado pelo mercado e está alinhado com a expectativa da Administração da Empresa. O CDI apresentou intervalos entre 10,75% e 15,75%.							
<b>21.2.2 Risco de liquidez</b>							
O risco de liquidez evidencia a capacidade da Empresa em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Empresa em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações, quando aplicável.							
A Administração da Empresa somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.							
Os ativos financeiros mais expressivos da Empresa são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3) e Consumidores e concessionárias (Nota 4). A Empresa, em 31 de dezembro de 2015 tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Para Consumidores e concessionárias, os saldos apresentados compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.							
Para a rubrica de Fornecedores - Suprimento de Energia, as garantias (Nota 22.2) estão vinculadas, em sua maioria, aos recebíveis da Empresa, passíveis de alteração decorrente de eventuais perdas de crédito nestes recebíveis. Essas garantias contratuais são o máximo que a Empresa pode ser exigida a liquidar, conforme os termos dos contratos de garantia financeira, caso o valor total garantido seja executado pela contraparte decorrente de falta de pagamento.							
A Empresa também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2015, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Empresa espera liquidar as respectivas obrigações.							
			31/12/2015				31/12/2014
			Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Total
<b>Passivos Financeiros</b>							
Fornecedores		148.274		3.874		16.788	168.936
Outras contas a pagar - Partes relacionadas						744	744
Empréstimos e financiamentos						137.463	137.463
		<b>148.274</b>	<b>3.874</b>	<b>16.788</b>	<b>138.207</b>	<b>307.143</b>	<b>408.092</b>